

RECURSO ESPECIAL Nº 1.833.670 - RS (2019/0121610-3)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : FLÁVIO ANTUNES GRAZIUSSO
ADVOGADO : JOSÉ ANTÔNIO ANTUNES - RS004051
RECORRIDO : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR : PAULO PERETTI TORELLY E OUTRO(S) - RS026208
PROCURADORA : MARCIA REGINA LUSA CADORE - RS029266

EMENTA

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. DECISÃO MONOCRÁTICA APONTADA COMO PARADIGMA. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “c”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TJRS, assim ementado (fl. 142):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IMPOSTO NÃO INFORMADO. REDIRECIONAMENTO. POSSIBILIDADE.

O redirecionamento da execução fiscal condiciona-se à prova de que o administrador praticou atos com excesso de poderes, que infringiu a lei, o contrato social ou os estatutos.

Os créditos fiscais referem-se à cobrança de ICMS não informado pelo contribuinte, isto é, sonegado, ou seja, decorrente de infração à lei, hipótese que autoriza o redirecionamento em face do sócio que integrava o quadro sócia' da empresa à época dos fatos geradores.

APELAÇÃO DESPROVIDA.

Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa de 1%, por entender que o recurso tinha caráter protelatório (fl. 161).

O recorrente alega dissídio jurisprudencial entre o acórdão recorrido e a decisão apontada como paradigma (REsp 1505268), ao argumento de que *o acórdão recorrido entende que o imposto não informado autoriza o redirecionamento da execução fiscal contra o sócio, enquanto o paradigma tem o entendimento de que o artigo 135 do CTN exige a ocorrência de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos, de forma dolosa ou culposa, NÃO BASTANDO O INADIMPLEMENTO SIMPLES À ÉPOCA DO EXERCÍCIO OU FUNÇÃO OU NÃO DECLARAÇÃO DE GUIA DE ARRECADAÇÃO NOS CASOS DE TRIBUTO DECLARADO PELO PRÓPRIO CONTRIBUINTE, PÁRA QUE SE ATINJA O PATRIMÔNIO DO SÓCIO*. (fls. 175-176).

Contrarrazões às fls. 182-184..

Juízo negativo de admissibilidade às fls. 187-191.

Decisão de conversão do agravo em Recurso especial à fl. 226.

É o relatório. Passo a decidir.

O REsp 1505268, apontado como paradigma, é uma decisão monocrática, e esta Corte Superior já firmou entendimento no sentido de que decisão monocrática não pode ser utilizada como paradigma para fins de alegação de dissídio jurisprudencial, visto que a Constituição Federal, ao mencionar a hipótese de cabimento do recurso especial prevista no art. 105, III, c, se vale da expressão “Tribunal”, que enseja a idéia de decisão

Superior Tribunal de Justiça

colegiada.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO DE COBRANÇA. PECÚLIO *POST MORTEM*. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. NÃO CONFIGURADA. MATÉRIA DE DIREITO LOCAL. SÚMULA N. 280 DO STF. LEI LOCAL CONTESTADA EM FACE DE LEI FEDERAL. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ART. 102, III, D, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. DECISÃO MONOCRÁTICA APONTADA COMO PARADIGMA. IMPOSSIBILIDADE.

[...]

IX - Em verdade, a Corte Superior firmou entendimento no sentido de que decisão monocrática não pode ser utilizada como paradigma para fins de alegação de dissídio jurisprudencial, visto que a Constituição Federal, ao mencionar a hipótese de cabimento do recurso especial prevista no art. 105, III, c, vale-se da expressão "Tribunal", que enseja a idéia de decisão colegiada. A propósito: AgInt no REsp n. 1.765.964/RJ, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 11/12/2018, DJe 14/12/2018.

X - Agravo interno improvido (AgInt no REsp 1.785.538/RJ, Rel. Min. Francisco Falcão, Segunda Turma, Dje 13/05/2019, **grifo nosso**).

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS DECORRENTE DE RESCISÃO DE CONTRATO DE FRANQUIA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE REJEITA PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO. RECORRIBILIDADE IMEDIATA POR AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 1.015, III, DO CPC/2015. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA OU ANALOGIA. IMPOSSIBILIDADE. TAXATIVIDADE MITIGADA. MODULAÇÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. IMPOSSIBILIDADE.

[...]

3. A decisão de cunho monocrático não é apta a abrir divergência jurisprudencial. Precedentes.

4. Agravo interno não provido

(AgInt no REsp 1.782.063/MG, Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, Dje 19/06/2019, **grifo nosso**).

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Majoro em 10% os honorários advocatícios fixados anteriormente, observados os limites e parâmetros dos §§2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (artigo 98, §3º, CPC/2015).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator